

Teoria e ética do conhecimento nos estudos literários

Prof. Dr. Rejane Pivetta de Oliveira¹ (Uniritter)

Resumo:

O trabalho discute os paradigmas epistemológicos do conhecimento literário, considerando o papel da teoria na construção do objeto e dos critérios que afirmam a verdade. À luz do conto de Rubens Figueiredo “A última palavra”, busca-se evidenciar o jogo de produção e reprodução do pensamento hegemônico do qual participa a literatura, exigindo um tipo de reflexão que opere não a partir de categorias abstratas e universais, mas considere o contexto das práticas sociais nas quais se insere a literatura e as implicações éticas daí decorrentes.

Palavras-chave: Literatura – epistemologia – teoria – ética

1 – Teoria da literatura e paradigmas epistemológicos

A abordagem teórica da literatura começa com a conceituação aristotélica, que define a mimese como categoria distintiva do literário, prescrevendo-lhe ainda as funções e regras básicas de composição. A teoria aristotélica, ao estabelecer a representação como fundamento da arte literária, inaugura um campo de conhecimento - o estético -, baseado na observação do mundo empírico, o qual é reduzido a um conceito que se sobrepõe ao contingente e ao particular. Assim, a mimese é uma categoria derivada da ordem da realidade, regida por leis universais, o que explica os critérios da necessidade (o que não poderia deixar de ser, o que não é acessório mas constituinte) e da verossimilhança (aquilo que é lógico e convence acerca de sua verdade, segundo padrões estabelecidos).

Sem desdobrar as complexas articulações da poética aristotélica, interessa aqui marcar o paradigma objetivista com que se inaugura a teoria da literatura, fazendo jus ao sentido grego da palavra *theorein*, que significa observar, contemplar: a *theorein* refere-se a uma observação atestada, a um olhar público; portanto, menos afeito às falsas impressões, próprias de um ato privado, subjetivo. (GODZICH apud DE MAN, s.d.). Na sua origem, portanto, a teoria constitui-se como um tipo de discurso explicativo sobre acontecimentos da realidade, com a pretensão de exprimir com fidedignidade aquilo que apreende. A teoria, nesses termos, não se opõe à prática, como amiúde se repete, mas dela é derivada. O problema, contudo, é a certeza pretendida pela teoria, elegendo um ponto de vista privilegiado na observação dos fatos. A implicação desse sentido de teoria para a mimese é a circunscrição da literatura aos limites de um conceito de realidade, instituído pelo olhar social e politicamente legitimado do *theoros* (o observador que atesta em seu discurso o que de fato existe, o que teve lugar acima de qualquer suspeita). Não se trata de negar o vínculo entre a teoria e o mundo empírico, mas de definir exatamente que realidade é essa e se não haveria outras possibilidades de descrevê-la.

No âmago dessa discussão parece estar o conceito de verdade que, no que se refere à literatura, a julgamos pelo seu caráter de mimese, mesmo que liberto do compromisso com a veracidade, não é isento de conseqüências. O fato de a literatura pertencer ao reino do fictício, do “como se” (ISER, 1996), não a livra de uma reflexão sobre a representação, pois sempre restará a pergunta (de ordem epistemológica) sobre o modo de relação da literatura com o mundo, nem que seja para questionar a validade de se indagar a respeito dessa questão. Do que ficou dito até aqui, se alguma verdade é possível deduzir da literatura, uma propriedade que nos permita reconhecê-la como um objeto do mundo, isso dependerá sempre da teoria que a descreve.

Diante dessa circunstância surge a pergunta: em que termos é possível aferir a adequação da teoria ao objeto que ela descreve? Há pelo menos dois limites cruciais a esse empreendimento: a

linguagem e o sujeito, ambos inextricavelmente ligados. Sabemos que o racionalismo de Descartes (2000) desconsiderou completamente o papel da linguagem e concedeu alto poder de conhecimento à mente humana. O famoso *cogito ergo sum* erige-se como um monumento à capacidade racional do homem, garantia última da afirmação da existência e da verdade do ser, numa equação em que a linguagem é transparente, estabelecendo uma perfeita correspondência com o mundo.

No campo dos estudos literários, o paradigma representacional aristotélico e sua culminância no cartesianismo começa a perder sua força com a nova valorização da subjetividade, segundo as teorias românticas. A ênfase na imaginação em lugar da verdade positiva encontra em Schlegel sua melhor formulação: “O que parece verdade não tem em nenhum grau de se tornar verdade: mas deve positivamente parecê-lo.” (in LOBO, 1989, p. 54). Nesses termos, a mimese não mais pode ser sustentada nos termos aristotélicos, uma vez que a realidade já não é mais passível de descrição como uma exterioridade reduzida a categorias abstratas e de validade universal, mas segundo a percepção individual e as múltiplas circunstâncias vividas pelo sujeito. Com o romantismo, a fragmentação entra definitivamente no horizonte do pensamento, trazendo, contudo, o desejo de uma unidade a ser alcançada ao nível da experiência estética, o que resulta numa certa idealização da experiência.

No século XX ocorre uma nova virada epistemológica, relacionada à crise do sujeito, que não mais se constitui como um núcleo de significação do mundo. Sem a segurança de um mundo exterior que sirva de referente, nem a garantia de uma subjetividade plena de experiências, o conceito de mimese como representação cede espaço à codificação lingüística. Sobretudo com as teorias formalista e estruturalista, a literatura passa a ser entendida como constructo de linguagem, com referência a outros textos e discursos, e não a um referente externo.

Esses três momentos-chave da teorização sobre a natureza do conhecimento literário aqui rapidamente esboçados colocam em evidência ora a realidade, ora o sujeito, ora a linguagem, como conceitos que fundamentam a verdade da literatura. Do ponto de vista epistemológico, o objeto literário passa a ser uma construção da teoria ou de conceitos abstratos, que permanecem inquestionados em sua validade, pois não levantam nenhuma suspeita quanto aos seus vínculos com os sistemas sociais e culturais de representação. Paira assim sobre a teoria um tipo de verdade que escamoteia os interesses e as formas dominantes de pensamento.

O propósito de explicitar as coerções que subsistem à produção do conhecimento constitui o cerne da teoria crítica, elaborada pelos filósofos da Escola de Frankfurt, notadamente Adorno e Horkheimer, e o mais ilustre de seus continuadores, Jürgen Habermas. Esboçamos a seguir as principais linhas dessa reflexão, bem como seus limites epistemológicos.

2 – Possibilidades e limites de uma teoria crítica

Um ponto de virada no paradigma de estudos literários é sem dúvida representado pela emergência da chamada teoria crítica. Sob o influxo do marxismo, nunca até então a teoria havia refletido tão abertamente sobre o seu papel no jogo de produção ideológica. O conhecimento é visto como resultante das condições em que ele se produz, passando a teoria a desempenhar o papel político de esclarecer as forças coercitivas do pensamento. Assim, não apenas a historicidade, mas também a auto-reflexão incluem-se no processo de conhecimento, evitando a manipulação do objeto segundo uma racionalidade técnica e instrumental.

Para Adorno e Horkheimer (1985) o sistema cultural funciona como uma instância de dominação que estabelece formas semelhantes de pensar, encerrando as idéias em um horizonte de legitimação ideológica. A tendência à homogeneização e à padronização da cultura constitui o alvo da crítica dos autores, que já nos anos de 1940 percebiam um “ar de semelhança” em tudo. Essa uniformidade da vida é produto da técnica, da excessiva especialização e do poder absoluto do capital: “Sob o poder do monopólio, toda a cultura de massa é idêntica” (1985, p. 100)

A indústria cultural impõe métodos de reprodução, tornando inevitável a disseminação de bens padronizados. O domínio da racionalidade técnica sobre a sociedade transforma a própria ciência em produção de ideologia, tal como opera o sistema social. Com isso, a teoria perde a sua dimensão crítica e a razão converte-se em “irracionalismo”, reduzindo-se a um esquematismo apto apenas a organizar dados e administrar resultados. A consequência é a destituição do caráter reflexivo da teoria, que assim abre mão do seu papel de gerar novas formas de compreensão do mundo que se oponham às forças de legitimação.

Um dos principais legados da teoria crítica frankfurtiana é a reabilitação da reflexão como categoria cognitiva válida. O caminho da reflexão deve levar, em última instância, ao esclarecimento como crítica à ideologia, que impede os agentes da sociedade de avaliarem o processo de dominação a que estão submetidos. O programa de pesquisa desenvolvido pela teoria crítica parte da formulação de que é preciso esclarecer a ilusão ideológica, os interesses particulares ou de grupos, as falsas convicções. A teoria crítica requer mudanças nas perspectivas epistemológicas sob as quais as representações sociais foram tradicionalmente construídas. O ideal de certeza das teorias positivistas e empiristas tem como consequência, conforme postulam os teóricos de Frankfurt, a desmobilização política, pois leva o sujeito a aceitar a configuração do mundo tal qual essas teorias apresentam.

Desse modo, o modelo epistemológico racionalista-positivista cria uma falsa representação da realidade social, sob a aparência de objetividade. Além disso, tal conhecimento não confere *status* cognitivo à subjetividade, o que explica a exclusão das ciências humanas do campo dito científico. Contudo, as humanidades têm uma condição própria de cientificidade, não carecendo de experimentação, e sim de reflexão e auto-reflexão, em busca de consensos argumentativos, segundo propõe Jürgen Habermas (1989). Nesses termos, o modelo de cientificidade, retirado das ciências naturais, não é satisfatório, à medida que mantém o objeto inerte, condicionado a modelos explicativos e abstratos, imune às contradições da realidade e aos interesses implicados nas formas de interação social.

Assim, cabe refletir sobre a contribuição dos estudos literários para o debate epistemológico no campo das ciências humanas, considerando as possibilidades de tais estudos engendram novas alternativas de análise e interpretação da realidade. Esse debate não pode ser negligenciado no contexto contemporâneo, sob pena de a literatura tornar-se um campo de conhecimento reduzido à preservação de uma cultura letrada, sem nenhum compromisso com a participação transformadora na vida social, ratificando apenas o prestígio e o poder de influência dos grupos socialmente privilegiados. A leitura e circulação da literatura na sociedade colocam-se sob determinados paradigmas epistemológicos que devem ser postos em questão, sob pena de o campo literário perder sua validade cognitiva, resultando inócua sua existência do ponto de vista de uma compreensão crítica e transformadora das práticas sociais. Uma questão assim se impõe: em que medida o conhecimento da literatura presta-se à legitimação dos paradigmas dominantes de compreensão do mundo, diluidores da capacidade de produzir respostas novas às demandas da realidade?

A teoria crítica, a despeito de seu caráter político emancipatório, apresenta alguns limites no que se refere à ruptura epistemológica. Para Boaventura de Souza Santos, “ao identificar e denunciar as opacidades, falsidades, manipulações do que critica, a teoria crítica moderna assume acriticamente a transparência, a verdade e genuinidade do que diz a respeito de si própria” (2002, p. 17). A dúvida que permanece é de que forma a consciência que se diz crítica pode estar imune às distorções ideológicas. Outro limite refere-se, segundo o sociólogo português, ao objetivo da teoria crítica moderna de criar desfamiliarização, aí residindo seu caráter vanguardista. A tese que defende é que “o objetivo da vida não pode deixar de ser a familiaridade com a vida” (SANTOS, 2002, p. 17). A própria teoria crítica deve transformar-se, na visão do autor, em um novo senso comum, resultante da aproximação entre saberes e culturas. Vemos aqui um terceiro e crucial limite da teoria crítica, que trabalha com conhecimentos no horizonte da civilização ocidental européia, “desperdiçando” experiências cognitivas provenientes de outros contextos culturais. Os modelos hegemônicos de pensamento são combatidos com base em uma teoria que se apresenta como

consciência verdadeira, ao invés de confrontar diferentes linguagens, categorias e universos simbólicos. Para além de uma teoria crítica, Boaventura de Souza Santos propõe uma teoria da tradução, cujo desafio é criar uma compreensão possível entre diferentes culturas, experiências e linguagens.

A teoria da tradução tem como pressuposto a condição multicultural, rejeitando a racionalidade universalizante, produtora de consensos, conforme a proposta de Habermas (1989). Para a formação de consensos é preciso imaginar um outro princípio epistêmico, que não uma verdade transcendental aceita a partir de uma situação de fala ideal, em que todos reconhecem o “melhor argumento”. Como tradução, o diálogo não se estabelece a partir de uma linguagem dada a priori como legítima. A conciliação exige muito mais do que um consenso momentâneo, mas a recuperação de sentidos que foram soterrados pela história de dominação das línguas hegemônicas, que erigiram os discursos legitimadores da civilização.

Esse processo de redução da cultura a um conjunto de obras clássicas, elevadas à condição de marco civilizatório, alimenta exatamente modelos estéticos que correspondem a princípios epistêmicos excludentes de outras alternativas de conhecimento. Desestabilizar as concepções de leitura/conhecimento da literatura talvez deva começar por colocar em xeque os discursos que, por um lado, atribuem ao literário um valor espiritual em si, signo de ilustração e prestígio social e, por outro, legitimam paradigmas de interpretação baseados no exercício hermenêutico feito por especialistas. Para além da crítica do sentidos, é preciso inserir a literatura no campo da experiência, destituindo-a de qualquer verdade prévia fora de sua prática e circulação no âmbito da vida. No conto “A última palavra”, de Rubens Figueiredo, temos um exemplo de como a literatura converte-se em fonte de legitimação a partir do uso social, desbancando a defesa de seus alegados fundamentos emancipatórios.

3 – Por uma ética do conhecimento literário

O conto “A última palavra”, integrante do livro *Contos de Pedro* (2006), de Rubens Figueiredo, é especialmente produtivo para pensarmos as implicações entre literatura e paradigmas de conhecimento. O conto apresenta-nos a trajetória de Pedro como leitor de contos, poemas e romances, por meio dos quais projeta o seu lugar no mundo, alienando-se das condições da realidade em que vive:

Em suma, Pedro extraía da leitura a imagem da sua vida como ele queria que fosse. Uma vida possível e tão viável que, às vezes, ao levantar os olhos do livro, ela parecia estar pronta, presente, ao alcance da mão, no vôo de uma mosca (FIGUEIREDO, 2006, p. 108).

Esse modo de leitura assume contornos mais nítidos com o ingresso de Pedro na universidade. A leitura nesse espaço constitui *a marca de uma elite, de uma superioridade* (FIGUEIREDO, 2006, p. 109), um jeito de angariar influência, destaque, benefícios e aprovação de professores e colegas. O interesse de Pedro dirige-se para a vida dos escritores, sobretudo daqueles que

viajavam muito - pelo país ou para o exterior, à convite ou à sua custa. Discursavam em congressos e cerimônias, assinavam colunas em páginas nobres de jornais e revistas, falavam na televisão, contratavam profissionais para cuidar dos negócios com seus livros, em seu país e no estrangeiro, jantavam e almoçavam com gente importante e a negócios, assumiam cargos públicos ou honoríficos bem remunerados – quer dizer: subiam na vida, subiam no que houvesse para subir” (FIGUEIREDO, 2006, p. 110-111).

A figura do autor interessa para Pedro não como alguém responsável pela criação de uma forma estética, conforme ensina Bakhtin,¹ mas como personalidade influente no mundo cultural e dos negócios. A literatura serve à vaidade e desperta um *ânimo de rivalidade*, o que fica visível com a entrada em cena da personagem Helena, *um talento bem abastecido de palavras e de formas* (FIGUEIREDO, 2006, p. 111). Ela desafia seus colegas a escreverem contos e poemas e gaba-se *sem o menor pudor* de sua superioridade sobre eles. Os textos que Helena escreve mostram-se perfeitos e acabados, mas sua presença é de tal modo imposta a eles que prevalece sempre uma forma de leitura *em que, na verdade, não se lia nada* (FIGUEIREDO, 2006, p. 114).

As personagens que desempenham os papéis de autor e de leitor no interior da ficção de Rubens Figueiredo ferem o princípio estético da alteridade, visto que os textos são tomados como imagens narcísicas do próprio eu – e de fato nada se lê quando se trata da reprodução do mesmo. “A última palavra” mostra ironicamente de que modo a literatura pode colocar-se a serviço da reprodução do pensamento, à medida que ela internaliza, estrategicamente, a lógica do sistema cultural, da qual fazem parte instituições como a universidade e a crítica literária.

Rubens Figueiredo expõe a cadeia de manobras que se esconde por trás da carreira literária, notável no destino de Pedro. A personagem ingressa na pós-graduação, empenhando-se em estreitar suas relações com os professores mais influentes, até tornar-se professor universitário. Porém, logo percebe que o salário *não casava com a figura que ele projetava para si nos anos à frente* (FIGUEIREDO, 2006, p. 122). Assim, decide prestar um concurso público:

durante cinco meses nada mais leu, estudou ou pensou senão aquilo que dissesse respeito a matemática financeira, direito tributário, estatutos da administração pública e contabilidade (FIGUEIREDO, 2006, p. 122).

A carreira de Pedro deslancha após sua aprovação: recebe um prêmio por seu livro publicado, contrata agentes literários, consegue traduzir o seu livro em três países europeus. Nesse processo de ascensão, os livros são o principal instrumento: literários ou técnicos, todos servem ao propósito de angariar êxito na única realidade que importa, ou seja, a do capital. No conto, os exercícios de ficção de Pedro integram-se perfeitamente ao sistema de corrupção do poder:

Dava tempo para que a imaginação pusesse os personagens em movimento, dramatizasse os seus desejos, fizesse frutificar, na fantasia, cada uma de suas manobras. E só depois, à luz dessa visão completa, Pedro decidia até que ponto tomaria parte: a que cifra teria acesso e de que maneira (FIGUEIREDO, 2006, p. 130)

A narrativa de Rubens Figueiredo, ao mesmo tempo que expõe as formas de mascaramento subjacentes à prática literária, mostra os mecanismos utilizados pela personagem para escamoteá-las: *Pedro contava transformar-se, enfim, e de dentro para fora, no escritor conceituado e reconhecido que no fundo sabia ser. O escritor que tinha todo o direito de ser* (FIGUEIREDO, 2006, p. 133-134). A personagem cria uma ficção de si, transformando o artificialismo em verdade programada.

Na parte final do conto, Pedro vai ao encontro de Helena, a fim de pôr em prática seu plano para ganhar respeitabilidade como escritor. Contudo, os reais motivos que o levam a se aproximar da antiga colega de faculdade são mantidos em segredo. Pedro pretende aproveitar-se do *prestígio de elite* conquistado por Helena, que publicara dois livros elogiados pela crítica, para conferir

¹ Em *Estética da criação verbal*, Bakhtin distingue o autor-pessoa e o autor-artista, este último entendido como princípio da criação estética, constituído na relação com o herói: “o autor reflete a posição emotivo-volitiva de seu herói e não a sua própria atitude para com o herói (1992, p. 27). O autor-artista, portanto, é aquele que se constitui a partir de uma alteridade.

respeito às empresas que planeja criar: uma editora e uma rede de livrarias. Pedro oferece não só a promessa de emprego, mas também de publicação de um livro reunindo tudo que Helena havia escrito – *Um volume com capa dura, com prefácio, apêndices críticos, ou o que ela preferisse* (FIGUEIREDO, 2006, p. 145).

A trajetória de escritores de Pedro e Helena é movida, no caso dele, pelo desejo de riqueza e posição social; no dela, pela vaidade e desejo de provar sua superioridade sobre as pessoas a sua volta. A carreira literária de ambos não visa a produzir nenhum outro eco no mundo que não seja a satisfação pessoal e a idolatria do ego. Tanto a escrita como a leitura fazem parte de um jogo em que o sentido está inteiramente a serviço da satisfação de interesses individuais.

Em “A última palavra” Rubens Figueiredo expõe a crise ética da linguagem justamente no reduto aurático da criação literária, mostrada como parte do mesmo sistema de produção do mercado cultural capitalista. Pedro e Helena impõem aos textos uma verdade que se anuncia como a “última palavra”, em que o sentido faz parte de uma programação. Dessa forma, a linguagem associa-se a um tipo de conhecimento desvinculado da experiência humana enquanto possibilidade de ressignificações, pois o sentido se estabelece a priori, permanecendo infenso a qualquer apelo do mundo. A racionalização dos sentidos é o princípio que orienta a compreensão que as personagens têm não só dos textos como da vida.

O modo como a narrativa de Rubens Figueiredo nos apresenta o universo da produção da leitura e da escrita literárias ilustra o impasse epistemológico desse campo do conhecimento, que podemos traduzir em questões do tipo: qual a natureza do conhecimento literário? Qual o lugar da teoria e do método na investigação da literatura? A serviço de que se colocam os estudos literários? As respostas a essas questões certamente não devem estabelecer nenhum fundamento ou verdade abstratos, instituídos a partir de um paradigma representacional.

Nesses termos, a linguagem não pode ser reduzida a instrumento de representação de uma referência pré-constituída, tampouco pode esgotar-se em sua capacidade auto-referencial, encerrando em si as estratégias de produção de significados. Desse ponto de vista, a melhor epistemologia é aquela que, para além dos princípios do método e da teoria, incorpora os conflitos, condicionamentos e contradições do mundo empírico, abrindo-se a interpretações e sentidos comunicáveis aos seres humanos em circunstâncias concretas.

Pedro e Helena perseguem em sua escrita o ideal valorizado pela crítica acadêmica, aprendido a partir de um certo tipo de leitura do cânone, comunicável apenas a partir de um código já inteiramente significado. No caso do conto de Rubens Figueiredo, temos a hegemonia absoluta de uma única aspiração, contra a qual nada oferece resistência. O narrador, em terceira pessoa, mantém uma posição distanciada, limitando-se a narrar o agir estratégico das personagens, sem nenhuma reflexão sobre o sentido daquilo que fazem. O conto mergulha o leitor na cegueira abissal de um pensamento único, sem opor, ao nível da diegese, nenhuma força crítica aos valores e à moral que presidem a ação das personagens. O conto mostra deliberadamente a repetição do mesmo, traduzida na imagem da criança em frente à tevê, reproduzindo as falas das personagens do desenho animado. A ausência absoluta de alteridade caracteriza exatamente a objetificação do pensamento, que expulsa outras formas de cognição, ou epistemologias alternativas aos paradigmas instituídos.

Será preciso descobrir, sob a lógica dominante do pensamento, as ruínas ou “fragmentos epistemológicos (...) que nos ajudem a reinventar a emancipação social”, conforme afirma Santos (2000, p. 18). Ao mesmo tempo que é necessário quebrar as formas estratégicas de leitura do objeto literário, é preciso também ultrapassar a idéia de leitura como redenção, segundo a crença utópica de que a literatura nos torna pessoas melhores e mais felizes. Nenhum fim prévio deverá presidir o nosso encontro com a literatura, a não ser a vontade de descobrir novas formas de imaginar a experiência humana. O pressuposto ético que preside esse contato com a literatura não é outro senão o de dar vazão às realidades e sensibilidades não previstas pelos grandes sistemas de pensamento. Para além das festas literárias e da badalação das noites de autógrafos, para que a literatura ganhe efetividade no espaço social, é preciso, em primeiro lugar, que ela seja vista em sua qualidade de ato humano por excelência, em recusa à indiferença, à brutalidade, à violência e à indignidade que

vergonhosamente atingem milhares de pessoas em nosso mundo, não em nome da verdade, mas em busca de um convívio humano mais ético. Segundo o filósofo pragmatista Richard Rorty, os intelectuais não lêem os livros para descobrir quais propósitos devem ter, mas porque querem se tornar capazes de levar a cabo um propósito prévio. A cultura literária, ao invés disso, deveria nos ensinar a *tratar os livros como tentativas humanas de conhecer as necessidades humanas* (RORTY, 2006, p. 78).

O conto de Rubens Figueiredo alerta-nos, todavia, contra o perigo da desumanização dessa cultura literária. Transformada em bem e valor para obter ascensão e prestígio social, a literatura é totalmente obliterada em seu potencial de imaginar soluções e alternativas ao que existe. Da mesma forma, enquanto agentes que fazem da literatura seu objeto de conhecimento e atuação no mundo, corremos o risco de reproduzir a lógica do consumo capitalista e a política de resultados acadêmicos se não estivermos dispostos a romper com as barreiras epistemológicas que garantem o domínio de uma “verdade redentora”. Num mundo em que cada vez é mais difícil alguém ler um livro que não seja leve, um filme que não seja apenas divertido; ou, no outro extremo, num mundo em que o valor estético serve para referendar o *status* social e intelectual – a literatura pouco tem a contribuir para o desenvolvimento humano, em suma, para uma educação ética.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- DESCARTES, Rene. *Meditações metafísicas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FIGUEIREDO, Rubens. *Contos de Pedro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GODZICH. In: DE MAN, Paul. *A resistência à teoria*. Lisboa: Edições 70, s.d.
- HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HORKHEIMER ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. São Paulo: Ática, 1985.
- ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1996.
- RORTY, Richard. *As conseqüências do pragmatismo*. Lisboa: Instituto Piaget, s.d.
- RORTY, Richard; GHIRALDELLI, Paulo. *Ensaio pragmatistas*. São Paulo: DP&A, 2006.
- RAYMOND GEUSS. *Habermas e a teoria crítica*. São Paulo: Editora Papirus, 1988.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Crítica da razão indolente*. 2002
- SCHLEGEL, F. Fragmentos do Athenaeum. In: LOBO, Luíza. *Teorias poéticas do romantismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

¹ Rejane Pivetta de OLIVEIRA, Prof. Dr.
Centro Universitário Ritter dos Reis – UniRitter, Porto Alegre, RS.
Programa de Pós-Graduação em Letras
repivetta@uniritter.edu.br